

20 MAI 1986

Safrá Demagógica

A Câmara dos Deputados prepara-se para fazer agora um supremo esforço e limpar a pauta de votação que acumulou 215 projetos em andamento no Congresso. Com esse esforço, a atual representação, eleita em 1982, dá por encerrada a sua cota porque ninguém é de ferro, e este ano os deputados e senadores têm que tratar de algo mais importante — sua reeleição.

No bolo de projetos que remancharam nas gavetas durante anos, há também as iniciativas de última hora para pegar carona na inflação-zero. Tempo de eleição é para toda espécie de cavação. É de prever um descritério geral em matéria de interesse público no atropelo dessas votações, em que deputados e senadores são apanhados a laço pelas lideranças. Permite-se toda a variedade de expedientes eleitoreiros. O mais grave de todos, pelas consequências, é o projeto que leva a assinatura do deputado Pimenta da Veiga, líder do PMDB e do Governo na Câmara, pretendendo impedir as empresas de fazer demissões de empregados.

Numa economia que reconhece a liberdade, uma iniciativa desse calibre autoritário ou se destina a liquidar mais depressa o que sobrou da estatização ou, o mais provável, conseguir impacto eleitoralmente proveitoso. É este, sem sombra de dúvida, o caso. É pelos seus efeitos sociais negativos que cabe uma exortação à sensatez dos representantes nacionais em final de mandato: a demagogia costuma causar mais prejuízos do que benefícios, quando atenta contra a economia de mercado.

A Espanha foi vítima de uma cilada demagógica

no começo da sua redemocratização. Um projeto muito parecido com este que está em pauta pretendeu bloquear as demissões de empregados das empresas privadas, mas o tiro saiu pela culatra. Em primeiro lugar, as empresas cortaram seus programas de investimento. Deixaram de crescer e, portanto, de criar mais empregos. Antes que a restrição entrasse em vigor, elas trataram de fazer previamente as demissões — e despediram de uma vez só os que podiam ter sido dispensados gradualmente.

Verificou-se, no episódio espanhol, mais uma vez e com um sentido didático universal, que a economia de mercado é ágil por natureza, e capaz de criar mecanismos paralelos para remanejar suas necessidades e possibilidades. É, inclusive, muito anterior ao espírito estatizante que se intromete nas atividades econômicas por demagogia política e sem o conhecimento das leis não escritas que regem a produção.

No caso brasileiro, já é tempo de se extinguir — na cabeça do legislador e dos governantes — a ilusão de que o poder público seja capaz de gerir a oferta de emprego no mercado de trabalho e aumentar salários. Quem não aprende com os seus erros condena-se a repeti-los indefinidamente. O Congresso já tem idade e experiência suficientes para, pelo menos, entender que uma economia próspera e saudável é que cria empregos e melhora os salários. Qualquer lei que desconheça o mercado está destinada a não entrar em vigor. E, portanto, a não retribuir em votos a barretada demagógica.